



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

NEOLIBERALISMO NA ARGENTINA E A DEPENDÊNCIA SISTÊMICA

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa¹

Resumo: O artigo é resultado de pesquisa qualitativa com fontes documentais e bibliográficas a respeito do neoliberalismo em curso na América Latina como estratégia do capital para recompor sua taxa média de lucro. A Argentina é apresentada como caso aproximado de uma experiência social comum de aprofundamento da expropriação social com a queda da renda, desregulamentação dos direitos do trabalho e precarização laboral. Nos diferentes estágios neoliberais revelados na investigação, evidenciamos o reposicionamento da Argentina na divisão internacional do trabalho, aprofundando a heteronomia da dependência.

Palavras chaves: Neoliberalismo; Capitalismo Dependente; América Latina; Argentina.

Abstract: The article is the result of qualitative research with documental and bibliographical sources about the neoliberalism in progress in Latin America as a strategy of capital to recompose its average rate of profit. Argentina is presented as an approximate case of a common social experience of deepening social expropriation with falling income, deregulation of labor rights and labor precariousness. In the different neoliberal stages revealed in the research, we show the repositioning of Argentina in the international division of labor, deepening the heteronomy of dependence.

Keywords: Neoliberalism; Dependent Capitalism; Latin America; Argentina.

O artigo é parte de um esforço maior de investigação sobre a ofensiva neoliberal na América Latina, que reposiciona perversamente o continente na divisão internacional do trabalho, aprofundando o caráter dependente e socialmente predatório do subdesenvolvimento. O estágio atual da pesquisa sobre esse tema envolve o reconhecimento das práticas heterônomas dos países latino-americanos diante do neoliberalismo, acreditando ser possível aprofundar a hipótese de que estamos diante de um novo estágio de dependência sistêmica. A Argentina é apresentada aqui como parte de um todo social, que dentro de sua particularidade histórica reproduz a universalidade capitalista, em crise.

O marco dessa análise da formação social latino-americana está estruturado em torno da categoria *capitalismo dependente* (FERNANDES, 2009), entendendo que, em reprodução ampliada, o capital impõe um desenvolvimento desigual na geopolítica mundial.

A integração à fase da mundialização financeirizada do imperialismo abriu nova etapa de refuncionalização do papel do continente na divisão internacional do trabalho, com a reprodução da especialização econômica em *commodities*, fragilização da economia industrial e depreciação da estrutura do trabalho. O neoliberalismo aprofundou a violência da crise do capital com o aquecimento das expropriações sociais de segunda geração expressas pela deteriorização dos direitos do trabalho (FONTES, 2010).

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: rosangelanb@uol.com.br.

Esse é o norte de problematização do presente texto, por meio da exposição de uma parte da pesquisa sobre as reformas trabalhistas nos países da América Latina, problematizando especificamente o caso da Argentina. A investigação é de base quali-quantitativa, sustentada em triangulação de dados, com fontes primárias como documentos governamentais e fontes secundárias, com documentos oriundos de bibliografia sobre o tema.

A exposição da pesquisa realizada neste texto apresenta duas seções sobre os sentidos sociais dos projetos societários na Argentina, em três estágios: um estágio que abarca as origens da neoliberalização na ditadura civil-militar nos anos setenta; outro estágio representado pela linha dura do neoliberalismo nos anos 1990, com o governo Carlos Menem; seguido, pelo estágio representado pelos governos da *família Kirchner*, nos anos 2000; e, o terceiro estágio representado pelo Governo Maurício Macri, a partir de 2015. O conjunto do texto aponta para o desafio de aprofundarmos o debate teórico e histórico sobre o continente na contemporaneidade.

Neoliberalismo na Argentina antes do *Cambiamos* de Macri

A Argentina inicia o processo de neoliberalização da sua economia no contexto da ditadura civil-militar na década de setenta (1976-1983) e de modo mais contundente, posteriormente, a partir dos anos de 1990, quando de fato abandona o ideário cepalino de desenvolvimento capitalista interno, estruturado em torno do estímulo estatal ao incremento industrial nacional (substituição das importações). O intervencionismo planejado do Estado na economia passa a ser compreendido como fomentador de déficit público e de engessamento da mobilidade de capitais.

A agilidade com que o projeto político governamental neoliberal ganhou terreno na Argentina é objeto de destaque nos estudos críticos na área. De maneira geral, menciona-se que os colapsos financeiros tomam a Argentina desde os anos de 1930, o que seria demonstrativo das dificuldades de recomposição do capitalismo dependente após a crise sistêmica de 1929. Ainda que no fim dos anos de 1970 a Argentina fosse uma importante economia do continente latino-americano, em razão da relativa liderança no comércio de carne bovina, trigo e outros insumos agropecuários, as crises econômicas e políticas constantes foram à marca do século XX. O amparo na economia de *commodities* colocou o país refém da flutuação de preços, recorrentemente, essa tendência estrutural ganha proeminência em 1929 com a grande depressão internacional que interrompeu a demanda europeia e norte-americana pelos produtos agropecuários. Esse quadro depressivo e a instabilidade política no âmbito da burguesia impulsionaram um golpe militar em 1930 e no restante do século, mais 14 generais passaram pela Presidência da República, além de 11 civis. Marcadores importantes dessa instabilidade foram também a deposição do Presidente Juan Perón em 1955 e o golpe civil-militar de 1976 que abriu uma sangrenta ditadura, quando a inflação estava na casa dos 600%.

A ditadura civil-militar mais recente (1976-1983) responde à crise de hegemonia no interior da classe dominante que perdurava desde os anos 1950, motivo da oscilação política mencionada. O Estado de *exceção* impôs *uma solução*, em favor do grande capital, com projeção da fração de classe vinculada ao capital financeiro, que compele ao país o modelo neoliberal. Para isso, foi necessário derrotar as insurgências da

esquerda nas lutas sociais, conforme apura Horowicz (2012) ao sublinhar que os 30.000 desaparecidos durante a ditadura eram efetivamente trabalhadores, de modo que o regime provocou dura derrota aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que operou a decisiva destruição de postos de trabalho concomitantemente à destruição dos próprios corpos. Os dados oficiais mostram que entre 1976 e 1982 a classe operária industrial foi reduzida em 300.000 vagas, além da redução da renda com a queda do valor do salário-hora, entre 40 e 60%. A ditadura consegue paralisar a resistência e disciplinar a sociedade para as novas condições do mercado capitalista, por meio desse genocídio e sob a dinâmica da hipermobilidade de capitais na geopolítica mundial.

Segundo Rojas (2014), meses antes, ainda no governo de Isabel Perón, em 1975, começam as primeiras iniciativas liberalizantes, mas a deflagração do golpe impõe novo ritmo e condições para o combate à resistência da classe trabalhadora que desde o início da década apresentava novas configurações de organização política, mais classista e autônoma à burocracia do Estado. A ditadura viabiliza a quebra do modelo de acumulação por substituição das importações do ciclo fordista, levando à mudança na modalidade de intervenção estatal, para viabilização das *novas necessidades da produção*, em que ganha curso a maior concentração econômica, a transnacionalização da economia e a estatização da dívida externa dos devedores privados. O subsídio às grandes corporações econômicas ganhou centralidade, através de recursos não mais oriundos do excedente agrário, mas por meio de empréstimos no exterior. Os números dizem tudo, pois desde então o crescimento da dívida externa se mostrou alarmante; entre 1976 e 1983 a dívida passou de 9.7 para 46 bilhões de dólares (ROJAS, 2014), aprofundando a heteronomia e as algemas da austeridade neoliberal.

Mas, o que evidenciamos na investigação é que o cenário de redemocratização, a partir de 1983, não foi capaz de reverter estruturalmente a grave desigualdade social, o endividamento externo e os impactos da volatilidade dos preços das *commodities*. O exemplo maior disso foi à crise no governo Raúl Alfonsín, que culminou com a entrega do cargo cinco meses antes do término do mandato para Carlos Menem, em 1989. A partir daí se abre, de fato, o segundo estágio do neoliberalismo na Argentina, com Menem viabilizando a ampliação do investimento estrangeiro na economia, por meio do corte das tarifas de importação, privatização de empresas estatais e uma peculiar política monetária. O ritmo e alcance das mudanças foram draconianos e, por um tempo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tomou a Argentina como modelo de contrarreformas de livre mercado, mas, logo os desastres desse processo mostraram muitos desencantos, fragilizando a propaganda da *agiotagem* expressa pelo referido fundo.

A onda de contrarreformas foi rápida e avassaladora. Da agenda do FMI e do Banco Mundial o ponto emblemático foi o plano de conversibilidade, implementado em 1991, que estabeleceu a paridade do peso ao dólar. Um regime cambial drástico que vinculou a moeda nacional ao dólar, eliminando à força a hiperinflação que atingira 5.000% em 1989 (BAUMANN e MUSSI, 2006). A dramaticidade pode ser imaginada porque, seguidamente, o país suspendeu o pagamento da dívida externa, demonstrando o colapso em que se encontrava. Essa correção fictícia da conversibilidade expropriou muitos recursos da renda do trabalho e de capitais, forjando um cenário de controle de preços, mas sustentado em baixo crescimento econômico o que continuou estimulando o endividamento externo. Além disso, a paridade cambial vulnerabilizou ainda mais o país, que recebia diretamente os impactos dos choques econômicos externos.

O desequilíbrio do balanço de pagamentos foi constante, mesmo nos períodos de crescimento econômico entre 1992 e 1998, o que associado aos choques externos aprofundou a desestruturação da economia. Ao final da década, a Argentina amargava alta vulnerabilidade com fuga de capitais por conta da crise asiática (1997), da crise russa (1998) e da

desvalorização do Real no Brasil (1999), associadamente à queda dos preços das *commodities* agrícolas e minerais nesse período (LOPES, 2013).

Esse quadro provoca o déficit de divisas e o aprofundamento do impacto sobre o mercado de trabalho com a elevação do desemprego e a queda da renda dos trabalhadores. Em verdade, o século XXI foi aberto com a Argentina em forte descenso econômico, com PIB em queda acentuada, regredindo aos níveis de 1993. O desemprego alcança mais de 20% em 2002, seguindo a trajetória ascendente ao longo da aplicação da agenda neoliberal nos anos 1990: 5,7% em 1988, 20,2% em 1995, e, acima de 21% em 2002. O aumento da pobreza é outro marcador importante, pois em 1988, 29,8% da população estavam abaixo da linha da pobreza; em 1990 o índice avançou para 42,5%, reduzindo depois, mas voltando a crescer e atingir o espantoso índice de 54,3% da população argentina em 2002 (LOPES, 2013).

Essa breve consideração sobre os anos finais do século XX dos primeiros estágios da Argentina neoliberal, é para demonstrar o penoso processo de expropriação social (FONTES, 2010), e, ao mesmo tempo, sinalizar que o descontentamento com esse quadro municiou lutas sociais que pressionaram mudanças aparentemente antineoliberais, que em parte permearam as eleições do ano de 2002. Mesmo com ampla abstenção da população, votos brancos e nulos, as eleições colocaram em cena uma nova conformação política a partir de 2003, sendo verificada relativa recuperação econômica, o que terá expressão por mais de dez anos. No entanto, sem superar características perenes de depreciação da economia baseada na demanda externa.

O alento desses anos está sustentado no aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional e na aceleração da demanda com o crescimento econômico da China, fatores que terão repercussão também em outros países, como o Brasil. Associadamente, diante dos graves indicadores socioeconômicos do estágio anterior da agenda neoliberal (anos 1990), o século XXI trouxe à cena: dirigentes governamentais do campo liberal-democrático que mantiveram a pauta neoliberal do equilíbrio fiscal (controle do déficit público) e monetário (inflação e juros), mas recuperando algumas táticas de política de Estado para a economia e às políticas sociais, configurando um neoliberalismo estrategicamente viabilizado por meio da conciliação de classes, que associou parcelas dos trabalhadores e frações da burguesia. Os avanços alcançados, todavia, não recuperaram os índices anteriores ao choque neoliberal da conversibilidade da moeda. Além disso, se sustentaram no reposicionamento do país na divisão internacional do trabalho por meio do extrativismo agro-mineral.

Katz (2007) viu a recuperação econômica da primeira década do século XXI como uma consequência esperada da desarticulação do antigo regime produtivo (substituição de importações e relativa proteção da economia nacional), da ascensão do desemprego e do barateamento da força de trabalho, que redundou na oferta de trabalho a preços baixos. O raso estímulo foi capaz de reatar o movimento do *pêndulo argentino* na direção de algum crescimento (AMICO, 2008), proporcionando uma incipiente melhora; uma recuperação cíclica e momentânea (KATZ, 2007).

A Argentina chegou à segunda década do século XXI como a terceira economia da América Latina, com uma população de cerca de 43.886.748 indivíduos (INDEC, 2016) e uma população economicamente ativa (PEA) formada por 17,1 milhões de trabalhadores (entre 18-65 anos). Entre o ciclo expansionista do capitalismo, no Pós-

Segunda Guerra Mundial (ciclo de substituição de importações) e a ditadura militar (1976-1983), a Argentina alcançou relativa recuperação econômica, mas a partir dos anos de 1980 o país iniciou um profundo retrocesso aproximando seus indicadores sociais do restante da América Latina, exatamente como parte da crise estrutural sistêmica (BARBOSA, 2018). Ainda que o ciclo de industrialização por substituição de importações tenha ampliado as condições urbanas e industriais do país (entre os anos de 1950 e 1970), depois de quarenta anos neoliberais, o que se observa hoje é o adensamento da crise com o desmonte do parque industrial e a inoperância dos esforços por produção econômica com maior valor agregado. À semelhança de outros países do continente, a Argentina além de ainda depender de importação de mercadorias de porte tecnológico, na atualidade, vê minguar o tímido acervo industrial alcançado anteriormente, impulsionando um reposicionamento na divisão do trabalho, em termos da provisão de exportação agro-mineral (KATZ, 2007).

De maneira geral, as medidas neoliberais - no sentido de almejam recompor a taxa média de lucro na América Latina - foram impulsionadas primeiramente pela elevação da taxa de juros, o que ampliou a estrutura das dívidas externas e comprometeu os saldos comerciais nacionais para o pagamento de juros no conjunto dos países do continente. Seguidamente, a abertura comercial e o acordo para recompor a dívida externa - exigência dos credores imperialistas - desarticulou, no final da década de 1980, a estrutura protecionista do trabalho e das políticas sociais do ciclo de substituição de importações. Isso forçou medidas como o câmbio sobrevalorizado - que levou à ruína economias como a do Brasil, entre 1999 e 2000, e a da Argentina, em 2002 -, além das elevadas taxas de juros que provocaram restrição de crédito e, conseqüentemente, limitaram o crescimento econômico. Essa dinâmica levou à desindustrialização na região, pela retração dos seus segmentos que proporcionam maior valor agregado às mercadorias produzidas. Essa condição da América Latina desencadeou, entre os anos de 1980 e de 1990, segundo a CEPAL (2008), à diminuição da participação do segmento metal-mecânico no PIB industrial brasileiro de 24,7% para 21,3% e, no argentino, de 25,7% para 17,6%, entre os anos de 1980 e 1996.

Na realidade, a dinâmica de liberalização da economia repercute negativamente em todos os países da América Latina, encontrando expressividade nas economias brasileira, mexicana e argentina, por serem as economias de maior desenvolvimento capitalista no continente latino-americano. A desindustrialização sofrida com a concorrência internacional e, particularmente, com a entrada dos produtos chineses, intensificou-se, aprofundando o *sistema colonial* (FERNANDES, 2009), por meio de relações comerciais centradas na exportação de produtos primários e importação de produtos manufaturados.

Esse quadro econômico de exigências do capital internacional acompanha a Argentina desde a ditadura civil-militar, se prolongando a ponto de provocar crises políticas marcantes, com a interrupção de mandatos presidenciais entre 1999 e 2003, exatamente no período de exponenciação dos impactos da liberalização dos anos 1990, levadas à frente por Carlos Menem, por dois mandatos consecutivos.

Ao longo dos anos 2000 uma fase de relativo crescimento econômico e governos de apelo popular - Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015) - sustentaram a conciliação de classes empreendida em torno do aquecimento internacional de *commodities*, políticas sociais aos mais pobres, relativa manutenção de regulações trabalhistas e do poder de compra dos salários, que deram outras nuances para a pauta

neoliberal. Em oposição aos destroços da ditadura e aos impactos das primeiras fases neoliberais é definida uma estratégia peculiar de poder; sem “vínculo anterior com as demandas ou organizações populares não foi um obstáculo para ele pôr em prática uma série de políticas para lidar com esses setores, e lentamente ganhou o apoio de algumas organizações – territoriais, sindicais, de direitos humanos – das classes populares. Com esse apoio e uma coalizão partidária ampla, Kirchner foi capaz de garantir a governança (...)” (CANTAMUTTO, 2016, p. 68)

Os *Kirchners*, por exemplo, retiraram gradualmente as normas flexibilizadoras do trabalho aprovadas na década anterior, recompondo a valorização das contribuições financeiras sindicais e os acordos coletivos. O desenvolvimento de políticas de emprego formal, de valorização do salário mínimo e de estímulo a fóruns tripartites (governo, empresários e trabalhadores) constituiu uma marca, congelando a agressividade das políticas anti-sindicalistas de Menem.

De fato, a recuperação econômica garantiu à estrutura de lucro e à articulação política a contenção do protesto, de modo que o crescimento do produto interno bruto (PIB) pôde alcançar mais de 6% ao ano, em média. Por outro lado, a liderança do crescimento com a indústria e a construção civil possibilitou demanda de força de trabalho contínua, decrescendo o desemprego e aumentando a renda salarial. O desemprego que estava em 17,3% em 2003, decresceu para 6,4% em 2013. A capacidade fiscal melhorada – em razão da interrupção da drenagem do pagamento da dívida e do arrocho salarial dos servidores públicos – acoplada ao incremento dos preços internacionais das *commodities* que reverberaram nos governos de Néstor e Cristina Kirchner.

Todavia, a desestruturação da classe trabalhadora proporcionada pelo neoliberalismo continuou sendo reproduzida continuamente. O trabalho informal, por exemplo, permaneceu como parte do perfil do trabalho heterogêneo e hierarquizado, em que parcela das ocupações não tem regulação pública e nem os trabalhadores gozam de seguridade social. Em 2011, 38% da força de trabalho era formada por trabalhadores informais.

Em verdade, a desestruturação e heterogeneidade do mercado de trabalho argentino, de acordo com Jaccoud et alí (2015), foram a marca da tendência neoliberal dos anos noventa, demonstrando que os movimentos de austeridade foram de profunda regressão para os trabalhadores. Os desocupados e subocupados cresceram bastante, enquanto a taxa de emprego permaneceu relativamente estagnada; diminuiu nos anos de 1995 e 1996, mas recuperou-se, atingindo em 1999 patamares semelhantes aos do início da década. Paralelamente, a taxa de emprego com proteção social e regulação jurídica foi reduzida na maior parte da década, o que mostra a existência de dificuldades para absorção de empregos em tempo integral. Essa é a década da conversibilidade do peso ao dólar, que aprofundou sobremaneira a agenda neoliberal de abertura comercial, como mencionado antes.

Por outro lado, as taxas pioraram de 2000 a 2002, quando tem expressão o ápice da crise profunda sofrida pela economia argentina a partir de 1998. Em 2002, as taxas de desemprego e subemprego atingiram os níveis mais altos da economia, 26,8% e 16,7%, respectivamente. Por sua vez, o emprego e as taxas de emprego protegido chegaram ao mínimo, 33,4% e 25,7%, respectivamente.

Após 2003, o novo ímpeto de crescimento econômico que começou na Argentina, fazendo o PIB crescer em 8%, levou o mercado de trabalho a sustentar um aumento da taxa de emprego de aproximadamente sete pontos percentuais entre 2003 e 2013. E a taxa de emprego com regulação jurídica e proteção social cresceu

cerca de dez pontos percentuais até o final da década. A taxa de desemprego diminuiu em conjunto com a taxa de subemprego, o que demonstrou efeitos relativamente positivos sobre o mercado de trabalho.

Nesse primeiro período de recuperação *Kirtchnereana* (entre 2003 e 2013), após a convertibilidade do peso ao dólar, o emprego cresceu 33%, incorporando duas fases diferentes, uma que transcorre entre 2003 e 2006, outra de 2007 em diante. Nos dois períodos cresce a ocupação, mas a dinâmica é diferente, porque no primeiro ciclo cresce aproximadamente 19%, com aumento anual de 6%, no segundo o crescimento reduz para 10%, com crescimento médio de 2% ao ano. É possível ver, inclusive, certa estagnação no número de empregados nos últimos três anos, isso é importante de ser considerado porque dá uma visão dos rápidos voos de ascensão da economia e de sua dependência de processos externos, mas, ao mesmo tempo, mostra que as políticas dos anos 1990 foram mais agressivas sobre o mercado de trabalho, afinal houve um aumento de 35% no número total de empregados na pós-convertibilidade (pós-2003), de acordo com Jaccoud et ali (2015), esse dado precisa ser considerado em paralelo à questão da precarização, em particular no quesito seguridade social, os trabalhadores não registrados (portanto, não inscritos na seguridade social) no início dos anos 2000 era mais de 40% dos assalariados com emprego. Essa porcentagem diminuiu levemente e atinge 34% no primeiro período para depois estagnar (JACCOUD et ali, 2015).

De acordo com os dados consultados na pesquisa, a tendência descendente não decorreu de migração dentro dos assalariados (entre os com registro e os sem registro) e sim de destruição de empregos que têm maior impacto sobre aqueles que não possuem empregos protegidos, o que reforça a relação entre falta de proteção e instabilidade do trabalho (JACCOUD et ali, 2015). Por outro lado, chama atenção nesses dados que os trabalhos não registrados tenham comportamento semelhante tanto na pós-convertibilidade quanto antes, nos anos 1990, sugerindo que a precariedade tem importância relativa ao longo de todos os períodos assinalados, o que se reveste de acentuado interesse para pensar a estrutura do mercado de trabalho argentino. Com efeito, mesmo com a melhora nos índices econômicos e de indicadores de emprego, após 2003, persiste a incidência relevante de trabalhos não registrados, ou seja, os *governos Kirchners* não resolveram essa tendência histórica e estrutural da formação social.

Por outro lado, ao apreciar a evolução dos salários, verificamos que a queda acentuada atinge o período do segundo estágio neoliberal (década de 1990), encontrando forte reversão no ano 2000 (até os anos de 2011), com taxa anual de 5,28% entre 2003 e 2007; passando depois a crescer a uma taxa de 3,26 por ano. A partir de 2012 há uma dinâmica mais lenta, evidenciando uma estagnação na evolução dos salários reais nos últimos anos de governo (JACCOUD et ali, 2015), exatamente no novo contexto da crise econômica aberta pela volatilidade da demanda e dos preços internacionais das *commodities* que finalizou o governo da *família Kirchner*.

As fontes da investigação mostram que a Argentina tem uma economia marcada por capitais com relativo atraso tecnológico e isso se traduz na produtividade do trabalho, em relação aos níveis em vigor no mundo. Como nos países dependentes co-irmãos no continente, as fontes extraordinárias de riqueza são essenciais para compensar seus maiores custos de produção, dada à baixa produtividade relativamente ao sistema, assim, a

produção das empresas, depende da disponibilidade dessa fonte de compensação para valorização de seu capital, de modo que a economia cresce enquanto tiver formas de compensação do seu atraso, tendo a variação na renda da terra e o baixo custo da força de trabalho como indicadores da magnitude da produção. Nos termos de Marini (2000) a alternativa, se não é o caso de renda agrária, é compensar com o não pagamento integral do valor da força de trabalho, isso é visível na diminuição do salário real e na viabilização de trabalho sem registro, provocando a deterioração das condições de vida e trabalho.

Nesse sentido, a depreciação sistêmica é uma marca importante no quadro socioeconômico da Argentina, sendo possível ver que o período de conversibilidade (anos 1990) provoca um alto nível de desemprego, já o período posterior (anos 2000) verifica-se mais ocupação com salários mais baixos, ou seja: condições estruturais de deteriorização do trabalho, reiterando que a venda da força de trabalho se faz abaixo do seu valor, com um padrão de salário que não é suficiente para aquisição de valores de uso para reprodução do trabalhador e sua família, além disso, o capital também piora as condições de reprodução do trabalhador ao retirar de suas contas pagamentos indiretos, como as contribuições previdenciárias, as multas, o investimento na salubridade das condições de trabalho e impostos para o Estado, deixando de converter recursos do mais valor para os serviços públicos coletivos. Trata-se de uma condição estrutural que abre novos impasses para os trabalhadores e suas lutas.

A dependência externa e a fragilidade da estrutura produtiva e da política não foram capazes de reverter os impactos da crise financeira iniciada nas hipotecas americanas em 2008, que provocou a diminuição do crescimento da China e a debilidade dos negócios dos seus parceiros econômicos, como a Argentina e o Brasil. A queda da demanda internacional pelos produtos levou a Argentina a abrir um novo quadro de estagnação econômica (AMARAL, 2006) e redemoinho político, que moldura a conjuntura de novas medidas neoliberais, entre elas a contrarreforma trabalhista.

A Promessa de Macri para a Reversão do Quadro Recessivo Aberto pela Crise Financeira Internacional

Em 2015, uma nova aposta do capital foi apresentada com o governo de Mauricio Macri (2015-2019), voltado para atender às demandas dos grupos econômicos, aos interesses da mídia nacional e internacional, além das demandas do capital financeiro (especuladores de Wall Street, Washington, Buenos Aires).

Segundo James Petras, “Após sua eleição, o regime de Mauricio Macri transferiu cinco bilhões dólares para o notório especulador de Wall Street, Paul Singer; assinaram multimilionários empréstimos com juros altos, taxas de utilidade aumentadas seis vezes, privatizou petróleo, gás e terras públicas e dispensou dezenas de milhares de funcionários públicos” (2018, s/p). Essa agenda, conforme apuramos na pesquisa, marca o quarto estágio do neoliberalismo na Argentina, que faz avançar o processo de expropriação da renda do trabalho, dos serviços e bens públicos.

A deteriorização econômica provocada pelo desaquecimento da economia mundial, após 2008, ganhou lentamente terreno no cenário público e uma rearticulação de frações do capital mais conservadora, abriu caminho para a ascensão do novo estágio de austeridade. A aliança política *Cambiamos* (Mudemos), liderada pelo PRO

(*Propuesta Republicana*), articulou as bandeiras liberais que alcançaram empatia em torno da eficiência da gestão do Estado, valorização das liberdades individuais e austeridade fiscal, ainda que dotado de uma clara visão de mundo, o *Cambiemos* argumentava prescindir da ideologia - “Excluir a ideologia do mapa público, nesta proposta, era a exclusão do conflito, a pacificação do país.” (CANTAMUTTO, 2016, p. 73). *Cambiemos*, mas sem levar ao debate público da eleição exatamente em que direção seriam realizadas as mudanças, o que atraiu variados interesses ao seu entorno.

De acordo com CIFRA-FLACSO (2016), a composição do governo delineou claramente o que de fato estava sendo priorizado, representantes de empresas somaram 72% do governo, com expressividade do capital financeiro e da indústria extrativista estrangeira. Segundo Cantamutto (2016), a fração burguesa agora no poder não via sentido em transferir alguma renda às classes populares para canalizar o consenso, como fora no período Kirchner em que algumas mediações foram instituídas no processo de dominação. Para isso, inclusive, Mauricio Macri adotou protocolo de táticas repressivas duras às manifestações sociais contrárias às suas ações, plantando a coação e o medo no lugar da política junto aos subalternos.

Em termos dos interesses econômicos em curso, as medidas tomadas, então, foram no sentido de ampliação da liberação comercial e da remoção de controles de capital, culminando na desvalorização do peso argentino. O impulso para a reversão da queda da taxa de lucro e a compensação extraordinária para o capital envolveu contundente ataque aos direitos dos trabalhadores, nesse caso, o rebaixamento dos salários é emblemático, pois os reajustes passaram a ser estabelecidos abaixo da inflação - 40% em 2016 e 24,8% em 2017 – o que mudou o quadro socioinstitucional mantido por doze anos, nos governos anteriores, quando o crescimento expresso no PIB era considerado na equação.

A reforma da previdência aprovada em dezembro de 2017 é um indicador da premência do capital no sentido de reverter à crise a seu favor, transferindo valor destinado aos impostos e contribuições, além de abrir campo para capitalização da renda, por meio de previdência privada. Por isso, também, Macri tem se alinhado com Washington para liberar a construção de bases militares norte-americanas na Argentina, defender acordos de livre comércio sobre o controle dos EUA e apoio a grandes corporações por terras ricas em minério ocupadas por populações originárias (PETRAS, 2018), uma estratégia clara de associação subordinada ao império.

Por outro lado, é preciso ter em conta que essas medidas aprofundam a deteriorização da economia e isso é importante quando se pensa a desocupação em perspectiva histórica. O desemprego em 2016 esteve na ordem de 8% da PEA (2016), tendo variado ao longo dos anos apresentando seu período mais acentuado na recessão iniciada na crise da conversibilidade do peso ao dólar no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 – 14% em 1999, 25% em 2001, 21% em 2002, 17% em 2003, 14% em 2004, diminuindo a partir do ano seguinte para cifras em torno de 7%. A elevação iniciada em 2016 mantém-se nesse curso e em 2018 o índice chega a 9,3%, um movimento ascendente muito preocupante, sobretudo se associarmos à inflação (47,6%, em 2018) porque demonstra limites concretos à reprodução da força de trabalho. Portanto, trata-se de um saldo regressivo das condições e relações de trabalho, demonstrando o movimento perene de degradação do trabalho no ciclo neoliberal, nesse quarto estágio.

No início da pesquisa, refletíamos que como a contrarreforma previdenciária foi aprovada mesmo com amplo protesto popular e embates dos trabalhadores com a força repressora do Estado nas ruas, era possível que a contrarreforma trabalhista pudesse ter o mesmo destino até o término do Governo Macri, no final deste ano de 2019. A proposta do governo, desde o início, era fatiar o projeto trabalhista para votar parte a parte, esperando maior chance de negociação. Mas, os sindicatos e as duas grandes centrais (a Central de Trabalhadores da Argentina e a Confederação Geral do Trabalho) não demonstraram apoio à proposta. O receio de diminuir sua popularidade ou de ter uma derrota estrondosa levou o governo a vacilar sobre o encaminhamento do tema, mesmo vendo a arena se estreitar por conta da competição neoliberal e das vantagens competitivas apresentadas pelo Brasil com a aprovação de uma contrarreforma profundamente liberalizante (KREIN et ali, 2018).

Todavia, é preciso ver que o cenário adensou o impasse político por conta do avanço das fragilidades econômicas, a partir de maio de 2018. Nessa ocasião houve a duplicação do dólar em relação ao peso o que fortaleceu a nova recessão econômica, levando o governo liberalizante ao empréstimo de 56 bilhões de dólares do Fundo Monetário Internacional (FMI), recebendo em troca uma agenda de aprofundamento de ajustes fiscais. Na realidade, no primeiro semestre de 2018 demonstrou-se que a alternativa Macri não viabilizava a recomposição da economia e que de fato as medidas não têm respostas concretas sobre o investimento produtivo, o emprego e o consumo. O empréstimo do FMI também não alterou em nada os gráficos argentinos e sem remissão dos péssimos indicadores econômicos em 2019, esse naufrágio levou ao aumento do custo de vida com inflação na ordem de 40% e mais queda da renda do trabalho, aliado à ascensão da taxa de desemprego (9.1%) e da informalidade que saiu de 30 para 40%, nesse governo. Afirma-se que desde a posse de Macri as pujantes políticas neoliberais levaram a que a cada minuto dois cidadãos ingressassem nos índices abaixo da linha da pobreza (31,3% da população). Na indigência estão 6,7% da população. Em conjunto esses dados são alarmantes, pois foram contabilizados 12,9 milhões de pobres e indigentes, sendo que 2,7 milhões chegaram a essa condição nos últimos sete meses. A desigualdade se expressa nesse ritmo acelerado do empobrecimento e, sobretudo, na concentração de rendas, pois 10% dos lares mais ricos ganham 20 vezes mais do que os 10% mais pobres, esses dados, apresentados pelo INDEC, são demonstrativos de como a Argentina está sendo engolida pela agenda neoliberal, defendendo interesses de investidores externos, aprofundando *draconicamente* a expropriação social (WEISBROT, 2019).

Macri chegou ao governo assumindo que “o protecionismo” era o responsável pela crise e que era necessário diminuir a presença do Estado na economia, ou seja, assumiu em 2015 com o plano de ajuste fiscal baseado no corte de gastos para reduzir a dívida pública e alcançar o superávit primário, para atrair investidores, também cortou subsídios para os auxílios de energia elétrica, gás e transporte público, assim como as verbas ministeriais sacrificando as políticas sociais. Em abril de 2019, sem conseguir debelar qualquer um dos fatores incidentes sobre a crise, apresentou programa de controle de preços e retomada de alguns auxílios sociais. Ainda que a avaliação seja de que essas medidas não terão sustentação, verifica-se que frente à proximidade das eleições

presidenciais em outubro, Macri atuará com medidas de algum nível de subsídio do Estado para o consumo popular.

Desde a ascensão dessa expressão aguda da recessão em 2018, a maioria das instituições financeiras deixou o país, ampliando a queda da moeda e o aumento da inflação. Com a fuga de capitais, os elos da corrente da financeirização levaram o país ao FMI, com quem a Argentina fechou o maior acordo do fundo, para restaurar a confiança dos investidores. A instabilidade econômica e a venda de títulos da dívida, levaram ao aumento da taxa de juros para 60% com a expectativa de que essa *premiação* mobilizasse os investidores para correrem o risco de um possível calote, mas isso não conteve a fuga de capitais e a moeda continuou desvalorizando-se com a fuga de capitais. Por sua vez, a taxa de juros estratosférica limita a tomada de empréstimos para investimento produtivo e, portanto, paralisa a economia e aumenta o desemprego e o rebaixamento da renda.

O acordo com o FMI aprofunda a agenda da austeridade, com promessa de déficit público zerado e pagamento de juros já no final do primeiro ano, além da reestruturação da legislação trabalhista, no sentido do *Cambemos*, como mencionamos.

No entanto, esse receituário não tem surtido efeito para sustentar uma concertação política em torno do projeto apresentado, pois a economia está à beira do abismo. A austeridade amplia a precariedade do consumo e dos investimentos produtivos, além da ascensão do desemprego e da pobreza, isso significa que o tema da contrarreforma trabalhista, ainda que faça parte das condicionalidades do empréstimo com o FMI (2018) que pode ser arquivado, aguardando melhor cenário econômico e contexto da luta de classes. A proximidade do escrutínio, no final de 2019, e o aprofundamento da crise econômica, colocou o governo Macri no *olho do furacão* das lutas sociais, contra o desemprego, o custo de vida, a pobreza e as políticas neoliberais.

O recurso à estratégia financeirizada com a ampliação do endividamento não ataca os entraves da acumulação, mas aprofunda a drenagem de fundo público à sombra da desvalorização da força de trabalho e empobrecimento das famílias. A contrarreforma trabalhista, pelo analisado, quando agendada, seguirá a mesma direção ampliando a fratura social, na medida em que diminui as fronteiras de controle da contratação, demissão e indenização dos trabalhadores, favorecendo a maior desestruturação do mercado de trabalho com a possível ascensão do desemprego, da informalidade e da baixa renda. A dramaticidade dos episódios recessivos possivelmente justificará o acionamento de medidas draconianas desse porte, aqui apresentada como uma tendência na Argentina, nesse quarto estágio neoliberal; situação ainda por ser analisada no curso das lutas e resistências ruidosas que alcançam as ruas no atual momento.

Considerações Finais

O contexto econômico, social e ideológico do neoliberalismo, iniciado na ditadura civil-militar e adensado na redemocratização, a partir da década de 1990, foi de degradação dos direitos do trabalho na Argentina.

No transcorrer das décadas foi possível evidenciar quatro estágios neoliberais na Argentina, sendo o primeiro formado pelas primeiras iniciativas na ditadura (1976-1983); seguido pelo Governo Menem (década de 1990), quando as diretivas mais austeras tiveram proeminência; os Governos Néstor Kirchner e Cristina Kirchner (2003-2015) abrem o terceiro estágio, quando a pauta neoliberal envolveu estratégia de conciliação de classes com revisão da liberalização da legislação do trabalho do período anterior e manutenção da precarização do trabalho; e, o governo Macri (2015-2019), que levou a Argentina ao quarto estágio neoliberal com a retomada da maior austeridade com duras inflexões sobre a renda do trabalho por conta da inflação, do desemprego, da revisão da previdência social e da proposição trabalhista.

Os fios invisíveis que ligam as tendências de austeridade liberal no continente indicam a pertinência de fortalecer o debate teórico sobre os grandes temas políticos da dependência e do subdesenvolvimento, atualizando-os diante do novo ciclo do capitalismo tardio, em que há uma ofensiva importante sobre as condições de reprodução da força de trabalho.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva. *A investida neoliberal da América Latina e as novas determinações da dependência*. Dissertação de Mestrado, PPG Economia. Uberlândia: UFU, 2006

AMICO, F. Argentina 2002-2008: ciclo econômico, inflación e crecimiento. *Revista de Economía Heterodoxa*, n. 10, ano 7. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

BARBOSA, R. N. de C. Questão social, crise do capital e formação profissional: desafios ao Serviço Social na contemporaneidade. *Revista Sociedade em Debate*, v. 24, n. 2, mai/ago. Pelotas; UCP, 2018.

BAUMANN, Renato e MUSSI, Carlos. *Mercosul: ontem e agora*. Brasília: Cepal/Brasil, 2006.

CANTAMUTTO, Francisco J. Cambiemos: o fim da dominação pelo exercício da hegemonia na Argentina. *Lutas Sociais*, v. 20, n.36. São Paulo: PUC-SP, 2016.

CARDOSO, Adalberto e GINDIN, Julián. *Relações de trabalho, sindicalismo e coesão social na América Latina*. São Paulo: IFHC/CEPLAN, 2008.

CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América latina y del Caribe*. Santiago: Cepal, 2008.

_____. Panorama social da América Latina. *Documento Informativo*. Santiago: Nações Unidas/Cepal, 2016.

CIFRA-FLACSO. *La naturaleza política y económica de la alianza Cambiemos*. Buenos Aires: CIFRA_FLACSO, Disponível: <http://www.centrocifra.org.ar/publicaciona.php?pid=92>

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

JACCOUD, F., MONTEFORTE, E. E PACÍFICO e outros. Estructura productiva y reproducción de la fuerza de trabajo: la vigencia de los limitantes estructurales de la economía argentina. *Cadernos de Economía Crítica*, ano I, n. 2, Buenos Aires, 2015.
<https://www.aacademica.org/ezequiel.monteforte/19.pdf>

HOROWICZ, Alejandro. *Las dictaduras argentinas*. Historia de uma frustración nacional. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

KATZ, C. *Coyuntura, modelo e distribución: las tendencias de la economía argentina*. Disponível em <http://www.rebelion.org/docs/25150.pdf>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

_____. El giro de la economía argentina. *Textos de Economía*, volume 10, número 1. Florianópolis: UFSC, 2007.

LOPES, Herton C. Neoliberalismo e crise na economia argentina: algumas constatações sobre os anos 1990 e 2000. *Revista Cadernos de Economía*, v. 17, n. 33, ju./dez. Chapecó: Unichapécó, 2013.

KREIN, José Dari e outros (orgs.). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas /São Paulo: Curt Nimuendajú, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. FERREIRA, Carla e outros (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PETRAS, James. *América Latina: o pendulo balança para a direita*. Endereço eletrônico: <https://petras.lahaine.org/>.

ROJAS, G. A ditadura militar. *Lutas Sociais*, v. 18. N. 32. São Paulo: PUC, 2014.

WEISBROT, Mark. A Argentina tragada pela austeridade. Outras Palavras, 26 de março de 2019. Acesso em 30 de março de 2019.
<https://outraspalavras.net/direita-assanhada/a-argentina-tragada-pela-austeridade/>

Sites consultados:

<https://www.indec.gob.ar/>

<http://www.obderechosocial.org.ar/>

<http://olaargentina.com/argentina-reforma-trabalhista-brasil/>

<https://www.cta.org.ar/>

<https://centrocepa.com.ar>